



PRIMEIRO  
MINISTRO

**DISCURSO DE  
SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO  
KAY RALA XANANA GUSMÃO  
POR OCASIÃO DA 67ª SESSÃO DA ASSEMBLEIA GERAL  
DAS NAÇÕES UNIDAS**

ONU, Nova Iorque  
25 de Setembro de 2012



Palácio do Governo,  
Avenida Presidente Nicolau Lobato,  
Dili, Timor-Leste

Excelência, Senhor Presidente da Assembleia-Geral  
Excelência, Senhor Secretário-Geral das Nações Unidas  
Excelências, Senhores Chefes de Estado e de Governo  
Senhoras e Senhores,

É, com muita satisfação, que me dirijo, pelo segundo ano consecutivo, a esta magna Assembleia-Geral das Nações Unidas.

Se, em Setembro do ano passado, procurei transmitir a Vossas Excelências, uma mensagem de progresso e de esperança, hoje, trago do Povo de Timor-Leste a mensagem de alegria e gratidão.

As Nações Unidas têm estado em Timor-Leste, desde os momentos difíceis da sua emancipação, conduzindo a Consulta Popular, em 1999.

A partir dali, tem sido um enorme desafio construir, das ruínas, as fundações de um novo Estado de direito, baseado na governação democrática e no respeito pelos direitos humanos. Nesse sentido é que, depois da UNAMET, Missões como a UNTAET, a UNMISSET, a UNOTIL e a UNMIT acompanharam-nos nesta jornada crucial de criação das instituições do Estado e no estabelecimento de um clima de reconciliação e harmonia, para a consolidação da paz e estabilidade.

Nesta existência ainda curta, como Estado, temos procurado aprender com os erros cometidos e, assim, posso afirmar que estamos definitivamente afastados das difíceis circunstâncias, que sempre envolvem um país pós-conflito ou, mais exactamente, um país com um passado recente de conflito e violências.

Porque assumimos (e já partilhámos com vários países) que a paz e estabilidade são pré-requisitos essenciais para a construção do Estado, este ano de 2012 está a marcar, na história de Timor-Leste, não propriamente o fim de um capítulo – a construção da paz, mas mais exactamente o início de um novo – o de contínuo fortalecimento das instituições, para o arranque ao desenvolvimento nacional.

Através de 2 rondas de eleições presidenciais, ocorridas em Março e Abril, e consideradas livres e justas pela comunidade internacional, o nosso Povo elegeu, para 3º. Presidente da República, o seu filho, o Major-General Taur Matan Ruak, figura histórica da Luta de Libertação, ao serviço da Pátria desde 1975, líder da Resistência Armada e, depois de 1999, Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas.

No mês de Maio, tivemos o prazer de acolher 5 Chefes de Estado e muitas delegações de países amigos, que celebraram connosco o 10º. Aniversário da Restauração da Independência, num clima de paz, estabilidade e de confiança no futuro.

O momento alto das celebrações foi marcado pela passagem constitucional de poderes, do então Presidente da República, Dr. José Ramos-Horta, ao novo Chefe do Estado, de uma forma altamente dignificadora à nossa jovem democracia.

Em 7 de Julho seguinte, o Povo timorense voltou novamente às urnas e a 30 do mesmo mês, o novo Parlamento tomou posse.

Do resultado dessas eleições, 3 partidos foram chamados para assegurar a governação de Timor-Leste, para o período de 2012-2017. Assim, a 8 de Agosto, o V Governo Constitucional foi investido, com a missão de prosseguir com a consolidação das instituições fundamentais de uma Nação pacífica e democrática. Vamos, assim também, dar continuidade ao trabalho desenvolvido pelo anterior Governo, de uma aliança de 5 partidos, que indiscutivelmente, semeou as bases para a paz e estabilidade nacionais e impulsionou o franco crescimento da nossa economia.

Também, durante este ano, temos sido honrados com visitas de relevo de várias personalidades, das quais destaco dois altos dignitários.

Em Agosto, o próprio Secretário-Geral da ONU, Sua Excelência o Senhor Ban Ki-moon, decidiu verificar com os próprios olhos, as mudanças que se operaram no nosso país, desde uma outra visita sua, efectuada 5 anos antes. A visita do Secretário-Geral foi um magnífico gesto de apoio, que só poderia vir de quem tem uma larga visão sobre paz e desenvolvimento, visão esta partilhada pelo povo timorense. Para marcar a sua visita, o Secretário-Geral deixou palavras de apreço pelos progressos havidos e, sobretudo, de encorajamento, com o compromisso de reforçar os laços de cooperação entre as Nações Unidas e Timor-Leste, numa outra área não menos importante que é 'Education First', na sua Iniciativa Global sobre Educação.

Ainda mais recentemente, tivemos o prazer de acolher Sua Excelência a Secretária do Estado Hillary Clinton, tendo sido essa, a primeira vez que um alto representante do Governo Americano visitou o nosso jovem país. A Secretária do Estado também deixou uma importante mensagem de confiança e solidariedade, valorizando o forte compromisso de Timor-Leste aos valores e princípios da democracia e boa governação.

Estes acontecimentos revestem-se ainda de maior relevância, quando é sabido que, até ao final do ano em curso, iremos prosseguir com a retirada da UNMIT (Missão Integrada das Nações Unidas em Timor-Leste) e das ISF (Forças Internacionais de Estabilização), dando-se fim às operações de paz em Timor-Leste.

E isto tudo acabou por instalar, no povo de Timor-Leste, um sentimento muito especial de ter obtido sucessos e, também, de orgulho nacional.

Assim, reitero este sentimento de alegria e de gratidão, do nosso povo, a todos os países membros das Nações Unidas e às várias Organizações internacionais, pelo continuado apoio prestado na consolidação da paz, da democracia e dos direitos humanos.

O Presidente da República, Taur Matan Ruak, recomendou-me que tornasse público que, em 20 de Maio de 2013, o Estado timorense vai agraciar com a mais alta insígnia da RDTL, todos os países que se tenham envolvido em missões a Timor-Leste, começando pela Assembleia-Geral e o Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Da parte do nosso Povo, esse acto será a exteriorização do seu mais profundo reconhecimento, desejando que doravante as Nações Unidas prestem mais atenção aos povos irmãos que tanto necessitam.

O sucesso de Timor-Leste pertence a todos – à comunidade internacional, pelo seu dedicado apoio e solidariedade, e ao povo timorense, pela coragem de reconhecer os seus erros e pela firmeza e determinação de debelá-los.

Foi, nesse sentido, que o nosso povo demonstrou, ao longo dos últimos 4 anos, que já disse ‘não’ ao conflito, para abraçar plenamente as aspirações do seu próprio desenvolvimento.

O Povo timorense pôde também provar um elevado grau de maturidade política ao manifestar, pacífica e construtivamente, uma renovada confiança nos líderes eleitos e nas instituições do Estado. E é, isto tudo, que se apresenta como condição fundamental para reafirmarmos, aqui, que estamos, mais do que nunca, preparados para continuar a assegurar a liderança do processo de desenvolvimento nacional, incluindo a construção plena do nosso Estado de direito democrático e a gradual implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030.

Contudo, é nosso desejo continuar a manter fortes laços, tanto com as Nações Unidas como com os outros parceiros, num novo quadro de relações de cooperação, tendo como ponto de partida, as necessidades, actuais e reais, do país, seja na área de fortalecimento das instituições seja em sectores de desenvolvimento.

Com base nos princípios do *New Deal*, que constituem os requisitos que o grupo do ‘g7+’ advoga, esperamos que as relações de cooperação venham a ser estabelecidas de uma forma inovadora, dinâmica e efectiva.

Senhor Presidente da Assembleia-Geral  
Senhor Secretário-Geral  
Excelências  
Senhoras e Senhores,

Ultrapassados que foram os principais obstáculos de construção do Estado, Timor-Leste está apostado a olhar para o futuro com optimismo. Foi, nesse sentido, que o programa do Governo para o mandato de 2012-2017, já endossado pelo Parlamento Nacional, estabelece as actividades a curto prazo (5 anos), prevê sectores que podem ter começo mas com impacto a médio prazo (de 5 a 10 anos), sem perder de vista os objectivos a longo prazo (de 10 a 20 anos), numa sequência em prioridades e em tempo de execução.

Iremos continuar a investir no desenvolvimento do capital social, com vista a qualificar e valorizar os timorenses, maximizando a qualidade e o acesso à saúde, à educação, à formação profissional, à informação, à justiça social e à cultura.

Iremos investir em infra-estruturas básicas, enquanto motor do desenvolvimento do país.

Iremos desenvolver o sector económico, por um melhor aproveitamento das nossas potencialidades e com vista à criação do emprego, incentivando-se o sector privado, tanto nacional como estrangeiro.

Continuaremos os esforços na consolidação do quadro institucional, para melhor garantia da operacionalidade, gestão e implementação dos programas. Isto inclui um sector público forte, boa governação e um sistema de justiça credível.

Entretanto, vamos melhorar os nossos programas sociais, que prestam assistência aos cidadãos mais vulneráveis, incluindo deficientes, idosos, mulheres e crianças em risco, para assegurarmos que nenhum timorense esteja marginalizado ou socialmente excluído, da mesma forma como continuaremos a dignificar os nossos combatentes da libertação.

Hoje, temos um plano, uma visão, um objectivo – transformar o nosso país, de rendimento baixo, para um país de rendimento médio-alto em 2030, numa Nação próspera e segura, com uma população saudável e instruída e com emprego qualificado para todos.

Mas, a curto prazo, até 2015, Timor-Leste não cumprirá os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio. O actual grande desafio para Timor-Leste é o combate à pobreza, um desafio que partilhamos, todavia, com mais de um bilião de habitantes do nosso planeta. Lamentavelmente, cerca de 20% da população mundial vive em condições de extrema pobreza. A fome e a falta de acesso a fontes de água continuarão a ser um desafio intransponível. Mães e crianças, em vários pontos do globo, irão continuar a morrer tragicamente, por falta de acesso às necessidades mais básicas.

Estas são, infelizmente, as actuais projecções para 2015.

Assim, foi com muita oportunidade que o Secretário-Geral das Nações Unidas constituiu um Painel de Alto Nível, para ajudar a estabelecer novas linhas de pensamento e de actuação, para o além de 2015. E confesso que ficamos orgulhosos por uma timorense, a nossa ministra das Finanças, Emília Pires, ter merecido ser escolhida para também fazer parte deste Painel.

Timor-Leste deseja contribuir, de forma clara e construtiva, para o debate deste problema. É urgente abordar os factores estruturais, que têm criado empecilhos aos esforços que muitas pessoas de boa vontade têm despendido, sem êxito palpável.

Está, perante todos nós, uma oportunidade histórica para tentar mudar a ordem das coisas. É uma oportunidade para aprender com as lições resultantes do processo dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio, analisando o que funcionou e o que não funcionou, para se poder fazer algo de melhor.

O reforço do papel da Organização das Nações Unidas é fundamental, mas ter-se-á que quebrar, com coragem, o velho estilo de actuações. Precisamos de novos paradigmas de acção, precisamos de novos mecanismos de coordenação, para que os programas beneficiem na verdade os povos dos países mais afectados.

Em Abril de 2010, foi criado o grupo do 'g7+', em Díli, aquando da preparação do Diálogo Internacional sobre Construção da Paz e Construção do Estado, organizado em Timor-Leste.

Antes da criação do grupo do 'g7+', não havia um mecanismo onde os Estados frágeis, que enfrentam preocupações comuns sobre paz e desenvolvimento, pudessem discutir estas matérias de forma menos subserviente, na sua relação com os seus parceiros e demais agências de desenvolvimento.

Em grande parte, os países receptores da assistência internacional consideram que as ajudas nem sempre são as mais adequadas às suas necessidades reais. Os que mais lamentam, falam de que não existe um sistema de responsabilização quanto ao dinheiro que efectivamente se aplica em favor dos pobres, em comparação com os montantes que se despendem na disposição das melhores condições de bem-estar, para aqueles que gerem os projectos e para os que gerem os relatórios sobre os projectos, em volumosos documentos que são irrelevantes porque não condizem com a realidade do país.

Assim, num verdadeiro espírito de abertura e partilha, com o desejo comum de melhorar a vida dos seus povos, mas também em contribuir para a paz e desenvolvimento sustentáveis, foi estabelecido este grupo internacional para se poder falar com uma só voz. Uma só voz, sim! Uma só voz, para exigir responsabilidade aos governantes dos países beneficiários, como também prestação de contas aos contribuintes dos países doadores.

É, também, por esta razão que estamos a defender o *New Deal*, que pretende garantir que a assistência internacional seja melhor coordenada pelos países recipientes e liderada por estes, na sua implementação, a fim de que possa realmente criar impactos aos necessitados e melhor corresponder às verdadeiras necessidades das populações beneficiárias.

Timor-Leste está a colocar todo o seu empenho na liderança do 'g7+', da mesma forma como se empenhou em sair da situação de conflito e de fragilidade para a situação de paz e estabilidade social e política. Queremos contribuir de forma lúcida e com experiências concretas, provindas do próprio grupo do 'g7+'.

Somos um país pequeno e ainda frágil em alguns aspectos, mas vivemos as mesmas preocupações gigantescas das 17 Nações que compõe o nosso grupo, com uma população de mais de 300 milhões.

Senhor Presidente  
Senhor Secretário-Geral  
Excelências  
Senhoras e Senhores,

Temos vindo a acompanhar que, em várias partes do mundo, a intolerância tem provocado destruições irreparáveis, sobretudo no dia-a-dia da vida de pessoas inocentes, com maior impacto nas mulheres e mães, nas crianças, nos idosos, empurrando-os a uma maior vulnerabilidade.

A intolerância, de que natureza se revestir, alimenta o ódio e o desejo de vingança. O mundo não está em mudança, o mundo está-se a destruir.

A consolidação dos ganhos da Primavera Árabe está a revelar-se difícil. A Síria é um exemplo terrível de conflito interno. Iraque e Afeganistão não auguram melhores perspectivas de solução interna das diferenças que se enraizaram.

O meu grande amigo, Dr. Susilo Bambang Yudhiono, Presidente da República da Indonésia, tem promovido o Bali Democracy Forum que, ano a ano, tem registado um maior interesse e uma mais larga participação de países. Sempre defendemos, naquele fórum, que a democracia não pode ser imposta, como hoje são impostos os painéis solares a casas sem comida, sem perspectiva de sustentabilidade.

A democracia tem que ser, necessariamente, um processo interno, longo, às vezes, mas determinante para uma solução duradoura. O exemplo mais vivo, dinâmico e inspirador, é o de Myanmar e aproveito esta oportunidade para saudar Aung San Su-kii, mulher de um carácter inabalável, líder por excelência, democrata por convicção, defensora da solução pacífica e hoje advogada da reconciliação interna. E saúdo também os governantes do Myanmar, pela coragem de fazer mudanças no país.

Em nome do povo de Timor-Leste, saúdo o povo de Myanmar, desejando toda a prosperidade e apelando para o diálogo, reconciliação e tolerância.

O mundo de hoje enfrenta problemas muito sérios e está a resvalar para um descontrolo cada vez mais periclitante.

Para além de um recente clima de instabilidades regionais, as ameaças ambientais continuam a aumentar, dificultando as perspectivas legítimas de países emergentes e em vias de desenvolvimento, no que diz respeito aos seus recursos naturais e, na região do Pacífico, a própria sobrevivência natural, de alguns países, como ilhas-Estado que são.

A segurança alimentar aparece agora, como também consequência das alterações climáticas, exigindo uma estratégia cuidada, inadiável e abrangente. Em várias partes do globo, assistimos a um aumento imoral de desigualdades, com uma elite rica e de interesses instalados a dominar impunemente o panorama mundial, enquanto os pobres ficam mais pobres e eternamente dependentes do desperdício e esbanjamento de ajudas, que já não se sabe de onde virão.

Para responder a estes desafios, precisamos de uma ONU forte e eficaz, que estreite a cooperação com Organizações Internacionais e Regionais, e que actue com profundo respeito pela soberania de cada Estado.

As Nações Unidas, que somos todos nós aqui presentes, têm um dever a cumprir perante a humanidade. Deveríamos todos assumir que somos os agentes privilegiados da necessária mudança colectiva, para um mundo melhor e mais seguro. Os nossos esforços colectivos em preservar a paz, a segurança e a dignidade humana têm que sair do plano do idealismo altruísta para um plano mais interventivo. E isto significa a substituição de uma agenda reactiva por uma mais preventiva.

Isto também quer dizer a redução da dominância dos interesses políticos e económicos e uma maior predominância dos interesses sociais e humanitários. Isto requer também a mobilização da opinião pública, em todo o mundo, para os valores da paz e da harmonia entre civilizações e culturas, do respeito mútuo entre sociedades e da tolerância entre grupos, pela via do diálogo.

Pode também começar pela reforma do Conselho de Segurança, que deverá ser mais representativo. Há uma necessidade inadiável de renovar as mentalidades, pela incorporação de novos membros, para se energizar novos compromissos e novas responsabilidades que reflectam as circunstâncias actuais do mundo em que vivemos.

Timor-Leste há muito que percorre estes mesmos corredores das Nações Unidas, desde há 38 anos. Inicialmente com a intenção de mobilizar a opinião pública para a nossa causa, para alertar o mundo da violação dos direitos fundamentais do nosso Povo. Ultimamente, para informar à comunidade internacional dos fracassos e dos sucessos na construção de um Estado soberano.

Enquanto guerrilheiro nas montanhas, ouvíamos falar de uma nova ordem mundial. Hoje, muitos povos permanecem oprimidos, porque sofrem de uma ou de outra forma, e estamos aqui para apelar ao diálogo e à justiça nas tomadas de decisão. Apelamos para que os problemas que afectam o nosso planeta sejam resolvidos tendo a dignidade da pessoa humana como o centro das decisões, com um senso global da sua existência, dos seus medos, do seu sofrimento, do seu desespero e da sua luta pela sobrevivência.

Hoje e aqui, continuamos a apelar para o diálogo franco, construtivo e incessante para resolver os problemas que atormentam o mundo – para os pequenos e grandes



problemas, para os pequenos e grandes conflitos e para as pequenas e grandes Nações.

Muito obrigado.

Kay Rala Xanana Gusmão  
25 de Setembro de 2012